

II Reunião da Conferência dos Ministros  
Responsáveis pelo Desporto de Angola, Cabo  
Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal  
e S.Tomé e Príncipe  
Observador convidado: Brasil

----- //

---

Programa Multilateral de Cooperação  
no domínio do Desporto

---

Praia, 11 e 12 de Novembro de 1991

## Programa Multilateral de Cooperação no domínio do Desporto

A República Popular de Angola, a República de Cabo Verde, a República da Guiné-Bissau, a República de Moçambique, a República Portuguesa, e a República Democrática de S. Tomé e Príncipe, adiante designadas por "Partes", inspiradas nos princípios do Acordo Multilateral celebrado em Lisboa, aos 20 de Janeiro de 1990, decidiram estabelecer o seguinte Programa Multilateral de Cooperação desportiva para o biénio de 1992-1993;

### I Declaração de Princípios

A parte portuguesa propõe-se apresentar um documento base, até final de Janeiro de 1992, com vista à criação de uma carta definidora das relações e dos princípios que enquadram o desporto em todos os seus domínios no âmbito da presente Conferência.

### II Projecto de formação

1. A parte portuguesa através do Secretariado Executivo, coordenará o projecto de formação de quadros, devendo:

a) As Partes informar Portugal até 15 de Janeiro, de cada ano, do plano interno de acções de formação a realizar nos respectivos países.

b) A parte portuguesa elaborar e dar a conhecer às restantes Partes o cronograma anual das acções de formação, no âmbito dos respectivos subsistemas, até ao final do mês de Fevereiro de cada ano.

2. As Partes colaborarão na troca de informações sobre a formação e reciclagem de professores de Educação Física, formação de formadores e agentes de outras áreas ligadas ao Desporto.

- As Partes definirão entre si os contingentes e critérios de participação nestas acções.

3. As Partes promoverão o estabelecimento de relações entre Instituições e Organismos ligados à formação em Desporto.

### III

#### Projecto de Desporto para Jovens

As Partes desenvolverão Programas que incentivem e dinamizem a participação e prática desportiva regular dos jovens dos respectivos países, seja na escola seja a nível da comunidade.

### IV

#### Projecto de intercâmbios desportivos

1. Com vista à preparação das representações desportivas nacionais para os grandes eventos desportivos, as Partes interessadas na realização de estágios de preparação comunicarão ao país no qual pretendem realizar a acção as suas necessidades específicas, com uma antecedência mínima de três meses.

2. As Partes promoverão o estabelecimento de relações entre organismos desportivos congêneres, ao nível dos diversos subsistemas desportivos.

3. As Partes divulgarão entre si os Programas de Férias Desportivas realizados nos seus países, salvaguardando a possibilidade de participação de grupos de jovens das restantes partes, segundo condições a definir caso a caso.

### V

#### Projecto de Engenharia e Arquitectura Desportiva

1. A parte portuguesa, através do Secretariado Executivo, conceptualizará um modelo e projecto evolutivo de infraestrutura desportiva polivalente, flexível e adaptável à realidade, características sociais, desportivas, climatéricas e culturais de cada país.

2. Para o desenvolvimento deste Projecto, cada país deverá assegurar, dentro das suas possibilidades, a participação de técnicos especialistas neste domínio.

### VI

#### Projecto da Medicina Desportiva

1. A parte angolana apoiará a estruturação dos Serviços de Medicina Desportiva das Partes.

Para o efeito fará deslocar durante a vigência do presente Programa, um técnico que localmente estudará a situação e apresentará um plano de actuação.

2. A parte portuguesa colaborará com as restantes na definição de estratégias de prevenção da dopagem.
3. Portugal coloca à disposição das restantes Partes, um total de cinco vagas em cada Curso de Mestrado em Medicina Desportiva que realizar.
4. As questões de admissibilidade aos Mestrados, bem como outras formas de valorização técnica e científica nesta área, serão estudadas caso a caso.

## VII Direito desportivo

1. As Partes trocarão a legislação produzida nos seus países no domínio do Direito Desportivo.
2. A parte portuguesa compromete-se a apoiar as restantes Partes neste domínio, de acordo com as suas necessidades e segundo metodologia a estabelecer caso a caso.
3. Portugal realizará durante o primeiro semestre de 1992 um Seminário específico sobre Direito Desportivo. As partes evitarão todos os esforços no sentido da participação de especialistas nesta matéria.

## VIII Projecto de Informação e Documentação

1. Com o objectivo de dotar a Conferência de um Logotipo, as Partes acordaram em que, através do Secretariado Executivo, deverão apresentar, na medida das suas possibilidades, modelos de Logotipo, até 31 de Janeiro de 1992.
2. As Partes trocarão regularmente documentação e informação desportiva, editada no âmbito dos respectivos países.
3. As Partes, por intermédio do Secretariado, estudarão a possibilidade de criação de bibliotecas desportivas.
4. As Partes, através do Secretariado, estudarão a viabilidade de criação de uma folha informativa da temática desportiva, nas suas duas vertentes e em todos os seus domínios.



IX

Projecto dos Jogos Desportivos dos Países de Língua Portuguesa

1. A parte portuguesa organizará em 1992 a primeira edição dos Jogos Desportivos dos Países de Língua Portuguesa, dirigidos essencialmente aos jovens.
2. Portugal apresentará um documento de trabalho até ao final de Dezembro de 1991.
3. Portugal promoverá uma reunião preparatória no 1º trimestre de 92 para elaboração de um regulamento dos Jogos Desportivos dos Países de Língua Portuguesa.
4. Para adopção de um Logotipo para os I Jogos Desportivos Juvenis dos Países de Língua Portuguesa, irá ser estabelecida a abertura de Concursos Nacionais, entre jovens, para escolha de cinco trabalhos por cada Parte. Estes trabalhos deverão ser apresentados até Fevereiro de 1992.